



**"NOSSA UNIÃO É A NOSSA MAIOR FORÇA": SABERES TRADICIONAIS,
EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ECOSOCIOECONOMIA EM UMA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DO SEMIÁRIDO PIAUENSE**

**"OUR UNITY IS OUR GREATEST STRENGTH": TRADITIONAL KNOWLEDGE,
SOCIAL ENTREPRENEURSHIP, AND ECOSOCIOECONOMICS IN A QUILOMBOLA
COMMUNITY IN THE SEMI-ARID REGION OF PIAUÍ**

**"NUESTRA UNIDAD ES NUESTRA MAYOR FUERZA": SABERES TRADICIONALES,
EMPRENDIMIENTO SOCIAL Y ECOSOCIOECONOMÍA EN UNA COMUNIDAD
QUILOMBOLA DE LA REGIÓN SEMIÁRIDA DE PIAUÍ**



10.56238/sevenVIIImulti2026-102

Ermínia Medeiros Macêdo Dantas

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
E-mail: erminiamedeiros@pcs.uespi.br

Luciano Silva Figueiredo

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
E-mail: lucianosilva@pcs.uespi.br

Jaine Maria Leal Rocha

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
E-mail: jainerochal19@gmail.com

Cristiana Costa da Rocha

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
E-mail: cristianarocha@cchl.uespi.br

Alcebíades Costa Filho

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
E-mail: alcebiades@cchl.uespi.br

Maria da Vitória Barbosa Lima

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
E-mail: mariavitoria.lima@srn.uespi.br

Patrícia Ribeiro Vicente

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
E-mail: patriciaribeiro@pcs.uespi.br

Janaína Alvarenga Aragão

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
E-mail: janaina.alvarenga@pcs.uespi.br



RESUMO

As comunidades quilombolas constituem grupos historicamente formados por descendentes de africanos escravizados, que desenvolveram modos próprios de organização social, cultural e econômica em territórios marcados pela resistência. Esses grupos mantêm vínculos profundos com a terra, com a ancestralidade e com sistemas de vida que integram trabalho coletivo, espiritualidade, transmissão oral de saberes e relações solidárias. Neste contexto, a presente investigação visa analisar as dinâmicas produtivas e as formas de empreendedorismo social desenvolvidas em comunidades quilombolas, com foco na valorização do patrimônio cultural, na promoção da autonomia econômica e na sustentabilidade dos territórios tradicionais. O empreendedorismo social é compreendido como estratégia de fortalecimento da autonomia quilombola, promovendo iniciativas econômicas que geram impacto social e se alinham aos fundamentos da ecossocioeconomia. A metodologia adotada é qualitativa, com base na observação participante e entrevista semiestruturada. O local da pesquisa é a comunidade Custaneira, situada no município de Paquetá, estado do Piauí, reconhecida oficialmente como território quilombola. Os resultados indicam que o empreendedorismo social quilombola não apenas impulsiona a geração de renda, mas também fortalece a identidade cultural, promove a gestão sustentável dos recursos naturais e consolida o protagonismo das comunidades na construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, por meio de iniciativas como a agricultura comunitária, o artesanato, a culinária regional, o etnoturismo, a medicina tradicional, a farinhada e os eventos culturais e religiosos. Ao documentar e difundir essas práticas, essa pesquisa desempenha papel essencial na valorização dos territórios tradicionais e na formulação de políticas públicas inclusivas. Contribui, assim, para a construção de modelos de desenvolvimento mais justos, plurais e enraizados nas realidades socioculturais dos povos quilombolas, reafirmando o compromisso ético da academia com a justiça social e a diversidade epistêmica.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social. Quilombolas. Saberes Tradicionais. Ecossocioeconomia.

ABSTRACT

Quilombola communities are groups historically formed by descendants of enslaved Africans, who developed their own modes of social, cultural, and economic organization in territories marked by resistance. These groups maintain deep ties with the land, with ancestry, and with systems of life that integrate collective work, spirituality, oral transmission of knowledge, and solidarity relationships. In this context, this research aims to analyze the productive dynamics and forms of social entrepreneurship developed in quilombola communities, focusing on the valorization of cultural heritage, the promotion of economic autonomy, and the sustainability of traditional territories. Social entrepreneurship is understood as a strategy for strengthening quilombola autonomy, promoting economic initiatives that generate social impact and align with the fundamentals of eco-socioeconomics. The methodology adopted is qualitative, based on participant observation and semi-structured interviews. The research site is the Custaneira community, located in the municipality of Paquetá, state of Piauí, officially recognized as a quilombola territory. The results indicate that Quilombola social entrepreneurship not only boosts income generation but also strengthens cultural identity, promotes the sustainable management of natural resources, and consolidates the protagonism of communities in building alternatives to the hegemonic development model, through initiatives such as community agriculture, handicrafts, regional cuisine, ethnotourism, traditional medicine, manioc flour production, and cultural and religious events. By documenting and disseminating these practices, this research plays an essential role in valuing traditional territories and formulating inclusive public

policies. It thus contributes to the construction of more just, plural development models rooted in the socio-cultural realities of Quilombola peoples, reaffirming the ethical commitment of academia to social justice and epistemic diversity.

Keywords: Social Entrepreneurship. Quilombola Communities. Traditional Knowledge. Eco-socioeconomics.

RESUMEN

Las comunidades quilombolas son grupos históricamente formados por descendientes de africanos esclavizados, quienes desarrollaron sus propios modos de organización social, cultural y económica en territorios marcados por la resistencia. Estos grupos mantienen profundos vínculos con la tierra, con su ascendencia y con sistemas de vida que integran el trabajo colectivo, la espiritualidad, la transmisión oral de conocimientos y las relaciones solidarias. En este contexto, esta investigación busca analizar las dinámicas productivas y las formas de emprendimiento social desarrolladas en las comunidades quilombolas, centrándose en la valorización del patrimonio cultural, la promoción de la autonomía económica y la sostenibilidad de los territorios tradicionales. El emprendimiento social se entiende como una estrategia para fortalecer la autonomía quilombola, promoviendo iniciativas económicas que generen impacto social y se alineen con los fundamentos de la ecosocioeconomía. La metodología adoptada es cualitativa, basada en la observación participante y entrevistas semiestructuradas. El sitio de investigación es la comunidad de Custaneira, ubicada en el municipio de Paquetá, estado de Piauí, oficialmente reconocida como territorio quilombola. Los resultados indican que el emprendimiento social quilombola no solo impulsa la generación de ingresos, sino que también fortalece la identidad cultural, promueve la gestión sostenible de los recursos naturales y consolida el protagonismo de las comunidades en la construcción de alternativas al modelo de desarrollo hegemónico, mediante iniciativas como la agricultura comunitaria, la artesanía, la gastronomía regional, el etnoturismo, la medicina tradicional, la producción de harina de mandioca y la celebración de eventos culturales y religiosos. Al documentar y difundir estas prácticas, esta investigación desempeña un papel esencial en la valoración de los territorios tradicionales y la formulación de políticas públicas inclusivas. De este modo, contribuye a la construcción de modelos de desarrollo más justos y plurales, arraigados en las realidades socioculturales de los pueblos quilombolas, reafirmando el compromiso ético de la academia con la justicia social y la diversidad epistémica.

Palabras clave: Emprendimiento Social. Comunidades Quilombolas. Conocimientos Tradicionales. Ecosocioeconomía.

1 INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro da década de 1990, o empreendedorismo emergiu predominantemente circunscrito ao campo da gestão empresarial, fortemente vinculado à racionalidade mercadológica e orientado pela maximização do lucro. Contudo, a necessidade premente de endereçar as profundas desigualdades sociais e os desafios ambientais crônicos do país impulsionou uma redefinição conceitual, culminando na ascensão do empreendedorismo social (Peredo, 2006; Lubberink, 2017).

Esta vertente, ao contrário do modelo puramente econômico, postula a primazia da criação de valor social e ambiental, utilizando as ferramentas da inovação e da gestão para a resolução ou mitigação de problemas estruturais da sociedade (Baggenstoss; Donadone, 2013.). A iniciativa e a proatividade, outrora vistas apenas como motores de riqueza individual, passam a ser canalizadas para o bem-estar coletivo, redefinindo o conceito de valor para além da métrica financeira (Dees, 1998; Mair; Martí, 2006).

O sucesso do empreendedorismo social em contextos de vulnerabilidade e de historicidade complexa exige um alinhamento profundo com a realidade e a história local, fazendo com que os saberes e ofícios tradicionais emerjam como o capital intelectual e prático essencial para o desenvolvimento de soluções culturalmente relevantes e ecologicamente sustentáveis. Estes saberes, segundo Diegues (2000), transmitidos intergeracionalmente, representam um vasto repositório de inteligência adaptativa e etnoecológica, fundamental para o enfrentamento dos desafios contemporâneos.

No panorama sociopolítico brasileiro, as comunidades quilombolas, conforme o Decreto nº 4.887/2003, exemplificam a resistência histórica e a persistência identitária de grupos que se auto-reconhecem como tal (Brasil, 2007). Estes grupos, descendentes de africanos escravizados, desenvolveram sistemas de vida complexos e autônomos, estruturados em torno de uma territorialidade que transcende a simples posse da terra. Esta territorialidade é, ao mesmo tempo, geográfica, política, simbólica e identitária (Santos, 2005; 2006), englobando a relação de afeto, pertencimento e domínio ecológico sobre o espaço.

A sobrevivência e a consolidação da identidade quilombola dependem diretamente da manutenção de uma memória coletiva (Assmann, 2011; 2012), que é transmitida e reativada em práticas diárias, rituais e na relação com os marcos territoriais. A vida quilombola é, assim, marcada pela integração indissociável entre trabalho coletivo (mutirão), espiritualidade, transmissão oral de saberes e relações solidárias, onde a terra não é vista como mera mercadoria, mas como o espaço sagrado e vital para a reprodução da cultura, ancestralidade e economia.

Os saberes tradicionais (Diegues; Arruda, 2001) são a expressão desse domínio ecológico e cultural. Caracterizam-se pela sua natureza holística, oralidade na transmissão e base empírica, constituindo uma forma de conhecimento distinta da ciência ocidental. A subsistência econômica está,

portanto, intrinsecamente ligada à capacidade de manejo sustentável dos recursos, seguindo os preceitos dos saberes ancestrais, cuja transmissão intergeracional, por meio do mutirão e da convivência, torna-se um pilar do capital social.

O empreendedorismo social, aplicado ao contexto quilombola, torna-se uma ferramenta de economia solidária (Dess; Anderson, 2006) e uma forma de identificação social (Paiva Junior; Fernandes, 2013). O empreendedor social é um agente de transformação que utiliza a inovação social (Araújo *et al.*, 2022) para gerar impacto sistêmico. Em comunidades tradicionais, ele atua como um intermediário cultural (Johnson, 2004), garantindo que as expressões produtivas – como o artesanato ou o etnoturismo – sejam estruturadas para transmitir os valores simbólicos e culturais do povo, configurando-se como um ato de resistência cultural.

Nesse contexto, a ecossocioeconomia ganha espaço ao propor uma integração entre as esferas ecológica, social e econômica, reconhecendo que não há prosperidade verdadeira sem equilíbrio entre essas dimensões. Assim, a relação entre empreendedorismo social e ecossocioeconomia revela-se como um caminho promissor para repensar o desenvolvimento, priorizando o bem-estar coletivo, a valorização cultural e a conservação dos recursos naturais.

Este trabalho se propõe, portanto, a ir além da mera descrição das atividades econômicas, buscando analisar as práticas de empreendedorismo social desenvolvidas na comunidade Custaneira – como a agricultura comunitária e o artesanato – sob o prisma da ecossocioeconomia, a fim de compreender como os saberes tradicionais, manifestos na sua territorialidade resiliente, influenciam essas dinâmicas e as configuram como um modelo concreto e eficaz de desenvolvimento justo e sustentável no desafiador contexto do Semiárido Piauiense. O estudo visa identificar e descrever as expressões produtivas e a influência da cosmovisão quilombola, relacionando-as aos fundamentos dos eixos ecológico, social e econômico solidário, para, por fim, analisar as práticas socioprodutivas e organizacionais da comunidade como um modelo consolidado de ecossocioeconomia.

Assim, a análise do empreendedorismo social quilombola da Custaneira sob a ótica da ecossocioeconomia permite reconhecer o seu sistema de vida como uma alternativa civilizatória ao modelo capitalista extrativista, reforçando a urgência de valorizar e proteger esses territórios.

2 OBJETIVO

Este estudo se propõe a analisar as dinâmicas produtivas e as formas de empreendedorismo social desenvolvidas em comunidades quilombolas, com foco na valorização do patrimônio cultural, na promoção da autonomia econômica e na sustentabilidade dos territórios tradicionais.

3 METODOLOGIA

Para a realização desta investigação, adotou-se uma abordagem qualitativa, considerada a mais adequada para captar a complexidade das relações socioculturais e econômicas presentes na comunidade quilombola Custaneira. O estudo de caso concentrou-se na comunidade quilombola Custaneira, situada no município de Paquetá, no semiárido piauiense, reconhecida oficialmente pela Fundação Cultural Palmares como território tradicional quilombola. Situa-se a aproximadamente 309 km da capital Teresina, 26 km do município de Picos, 8 km da sede municipal de Paquetá e 7 km da sede municipal de Santa Cruz, recebendo influências diretas desses municípios, além de Oeiras (Sousa, 2015).

Embora o semiárido nordestino imponha desafios ambientais severos, como escassez hídrica e irregularidade das chuvas, exigindo um profundo conhecimento ecológico para a subsistência, a comunidade, composta por cerca de 167 habitantes distribuídos em 48 famílias, demonstra grande resiliência ao basear sua economia na agricultura familiar de subsistência, complementada pela produção artesanal, além da criação de pequenos animais (Sousa, 2015; Macêdo *et al*, 2020). A coesão social é reforçada por uma intensa vida cultural e religiosa, marcada pela presença da Umbanda e por rituais que reafirmam a ancestralidade. A análise das práticas econômicas da Custaneira nesse ambiente árido é fundamental para evidenciar a viabilidade do modelo ecossocioeconômico em condições extremas.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas, respeitando padrões éticos, incluindo a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes e a aprovação da liderança comunitária. A primeira etapa consistiu em uma pesquisa bibliográfica e documental, com revisão da literatura sobre saberes tradicionais, empreendedorismo social, ecossocioeconomia, pensamento decolonial e legislação quilombola, além da análise de documentos de reconhecimento da comunidade e relatórios de associações locais.

A segunda etapa envolveu a pesquisa de campo por meio da realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade com o Mestre Naldo (Arnaldo de Lima), líder comunitário local, abordando aspectos sociodemográficos e históricos, dinâmicas socioprodutivas e saberes tradicionais, cultura e desafios. A observação participante (Malinowski, 1922; Lüdke; André, 1986) permitiu a imersão na rotina da comunidade, com atenção às práticas produtivas como a fabricação de artesanato e a dinâmica da roça, bem como às manifestações culturais e religiosas. Os registros em diários de campo e gravador de voz complementaram as informações, capturando nuances simbólicas, afetivas e produtivas das experiências quilombolas (Oliveira, 2007; Flick, 2009).

A análise dos dados foi conduzida por meio da metodologia da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), estruturada em três fases. A pré-análise envolveu a organização do corpus e leitura flutuante, culminando na formulação de hipóteses e indicadores. Na fase de exploração do material,

aplicou-se um sistema de codificação baseado nos eixos teóricos, agrupando as unidades de sentido em categorias temáticas centrais: práticas empreendedoras (como roça comunitária e artesanato), saberes tradicionais (como manejo hídrico, mutirão e oralidade) e eixos ecossocioeconômicos (com subcategorias ecológica, social/cultural e econômica solidária).

Por fim, no tratamento dos resultados, foram estabelecidas as relações entre as categorias, buscando inferir como as práticas empreendedoras, fundamentadas nos saberes tradicionais, concretizam o modelo ecossocioeconômico, permitindo a validação do problema de pesquisa e dos objetivos propostos.

4 DESENVOLVIMENTO

A análise dos dados, obtidos através da entrevista com o Mestre Naldo e da observação participante, reafirma que o empreendedorismo social na comunidade quilombola Custaneira é uma manifestação prática de um modelo ecossocioeconômico, intrinsecamente enraizado nos saberes tradicionais. Sobre as iniciativas que geram benefícios para a comunidade, Mestre Naldo apresentou exemplos concretos que, embora nem sempre rotulados formalmente como "empreendedorismo social", desempenham tal papel de maneira orgânica e intrínseca à sua organização social.

"Ah, aqui a gente faz muita coisa que ajuda todo mundo, tem a nossa associação, que é como se fosse a nossa força motora, a gente se junta pra fazer a roça comunitária, por exemplo, cada um ajuda um pouco, e a colheita é pra todos, pra quem precisa, para vender um pouco e ajudar nas despesas da comunidade. Também tem o artesanato das mulheres, elas fazem e vendem na feira, nos eventos que existem na comunidade. O dinheiro que entra ajuda as famílias e, um pedaço, a gente guarda pra coisas da comunidade, tipo comprar remédio ou ajudar numa reforma (Líder quilombola, 2025)."

Essas ações refletem a essência do empreendedorismo social, que busca soluções inovadoras para problemas sociais, ambientais e econômicos, gerando valor tanto para a comunidade quanto para os empreendedores. O empreendedor social é frequentemente visto como um agente de transformação na sociedade, que se distingue por sua capacidade de identificar oportunidades e soluções em cenários onde outros percebem apenas problemas complexos. Esse indivíduo, então, mobiliza os recursos necessários para enfrentar desafios sociais de maneiras inovadoras.

Essa perspectiva, que ecoa as contribuições pioneiras de Dees (1998), é reforçada por Martin e Osberg (2015), que sublinham a importância de buscar soluções escaláveis e sustentáveis para questões sociais urgentes, transformando o status quo por meio da ação empreendedora. A roça comunitária e o artesanato evidenciam como a comunidade Custaneira organiza suas atividades produtivas com um forte componente social e coletivo, visando o bem-estar mútuo, os desafios que motivaram essas iniciativas são primordialmente a autonomia e a subsistência.

A roça comunitária é o exemplo mais robusto do empreendedorismo social da Custaneira e de sua adesão à ecossocioeconomia, uma vez que se estrutura na prática do mutirão, trabalho coletivo de origem ancestral, onde todos se juntam para o plantio, o manejo e a colheita. Na dimensão ecológica, observa-se o manejo sustentável, por meio do plantio guiado pelo saber tradicional sobre os ciclos de chuva e o uso de "olhos d'água" e cisternas para reserva. Ademais, o uso de sementes nativas, garantem a adaptação e a biodiversidade. Nos aspectos social e cultural, registra-se o mutirão e a solidariedade, com a organização coletiva do trabalho. Na perspectiva econômica, observa-se o fundo comum e subsistência: A venda de produtos locais gera um fundo financeiro para despesas coletivas (reformas, compra de medicamentos), garantindo o capital social, e não a acumulação individual.

A fala do Mestre Naldo sobre a roça ilustra o princípio: "*A roça não é de um, a roça é da comunidade. Se chove, é para todos. Se falta, é para todos. O que a gente vende é para cuidar do que é nosso, da nossa força, da nossa união.*" Essa dinâmica reflete a visão de Dess e Anderson (2006) sobre a economia solidária, onde a produção é pautada pela valorização do ser humano e da cooperação, em um arranjo que minimiza o risco em um ambiente hostil como o semiárido.

O artesanato, focado na produção de sabonetes, artefatos decorativos e bijuterias, é predominantemente conduzido pelas mulheres da comunidade, que se organizam em um grupo informal de produção. O saber sobre a extração e o preparo do barro e das fibras respeita o ciclo de regeneração da natureza local. O processo de queima utiliza técnicas que minimizam o impacto. A venda gera renda para as famílias, fortalecendo a autonomia das mulheres no núcleo familiar e contribuindo para a manutenção da casa comum da associação. Ademais, a transmissão intergeracional e a identidade são preservadas pela oralidade entre mães e filhas, com os objetos carregando história e estética quilombola, conforme identificação social e resistência cultural.

O artesanato é a prova de que o empreendedorismo social quilombola é uma forma de resistência cultural (Carvalho *et al.*, 2024). A produção de um artefato tradicional, que se diferencia dos produtos industrializados, insere o saber quilombola no circuito econômico, mas com uma forte âncora simbólica que impede a descaracterização cultural.

Outras iniciativas também se enquadram no modelo ecossocioeconômico, como a culinária regional, com venda de pratos típicos em eventos locais, que fortalecem a identidade alimentar; a medicina tradicional, com uso de ervas e rituais, que representam capital de saúde, cultura e ecologia; a farinhada, que promove a celebração da colheita, e, o etnoturismo, ainda em processo de estruturação, com venda da experiência cultural e da história. Essas práticas demonstram a diversidade de "saídas" que utilizam o patrimônio cultural e natural como matéria-prima da inovação social.

A interligação entre saberes tradicionais e empreendedorismo social, interpretada sob a ótica da ecossocioeconomia, configura-se como um modelo de desenvolvimento altamente resiliente e sustentável.

O conhecimento tradicional não é estático. Ele é a matéria-prima da inovação social da Custaneira. A criação da roça comunitária é uma inovação organizacional (Mair; Martí, 2006) que resgata o saber do mutirão e o aplica para resolver o problema moderno da insegurança alimentar e da falta de recursos. O empreendedorismo social, nesse caso, é o mecanismo que converte o capital cultural (saberes) em capital social e econômico.

A Custaneira é a demonstração prática de que a economia pode ser subordinada à ética social e ecológica, conforme postula a ecossocioeconomia. O sucesso das iniciativas não é medido pelo faturamento em si, mas pela capacidade de manter a comunidade coesa, alimentada e com sua cultura viva (valor social e cultural). A rentabilidade gerada (econômico solidário) serve para perpetuar a vida no território (ecológico/social).

A comunidade demonstra uma notável capacidade de adaptação cultural, conseguindo interagir com o mercado (venda do artesanato e produtos culinários) sem permitir que a lógica capitalista de acumulação descaracterize seu modo de vida. O Mestre Naldo destaca que a "*força motora*" da comunidade é a associação e o princípio da união, que se traduz em iniciativas que buscam soluções coletivas para a subsistência e a falta de apoio externo. As expressões produtivas não são vistas como "*negócios*" no sentido capitalista, mas como "*saídas*" que garantem a vida, a cultura e o território.

Os saberes tradicionais na Custaneira constituem a cosmovisão que sustenta a própria estrutura social e a capacidade de adaptação. Essa influência se manifesta em três planos. No plano epistemológico, o conhecimento sobre o semiárido é o guia prático, com decisões sobre o que plantar, onde buscar água e como conservar alimentos baseadas em séculos de experiência acumulada e transmitida oralmente. Essa inteligência ecológica (Diegues, 2000) permite que a comunidade gerencie os riscos ambientais de forma mais eficaz do que muitas intervenções externas.

Os saberes tradicionais na comunidade Custaneira são elementos vivos que moldam a vida cotidiana, as decisões e as relações, sendo transmitidos e adaptados ao longo do tempo. O Mestre Naldo enfatiza: "*Nós sabemos onde a água está, mesmo quando seca. Nossos avós nos ensinaram. Isso não se aprende em livro, se aprende vivendo com a terra.*" No plano ético e social, o saber do mutirão e da solidariedade é o principal código de conduta social, priorizando o bem-estar coletivo sobre o benefício individual. Essa coesão social permite que o empreendedorismo social prospere, pois os indivíduos estão dispostos a arriscar e a trabalhar para um objetivo comum. No plano simbólico e religioso, a religiosidade de matriz africana (umbanda) reforça a memória coletiva e a ligação com a ancestralidade. Os eventos culturais e religiosos mobilizam a comunidade, reforçam a identidade e, por vezes, geram um pequeno fundo para a associação. A espiritualidade e a cosmovisão garantem a continuidade e o sentimento de pertencimento, bases para a resistência cultural (Assmann, 2012).

A interligação entre saberes tradicionais e empreendedorismo social, interpretada sob a ótica da Ecossocioeconomia, configura-se como um modelo de desenvolvimento altamente resiliente e

sustentável. O conhecimento tradicional é a matéria-prima da inovação social da Custaneira. A criação da roça comunitária é uma inovação organizacional (Mair; Martí, 2006) que resgata o saber do mutirão e o aplica para resolver o problema moderno da insegurança alimentar e da falta de recursos.

O empreendedorismo social é o mecanismo que converte o capital cultural (saberes) em capital social e econômico. A Custaneira demonstra que a economia pode ser subordinada à ética social e ecológica, conforme postula a Ecossocioeconomia. O sucesso das iniciativas é medido pela capacidade de manter a comunidade coesa, alimentada e com sua cultura viva. A rentabilidade gerada serve para perpetuar a vida no território. A máxima "Nossa união é a nossa maior força" é, em última análise, a declaração de um manifesto ecossocioeconômico. A união representa o capital social e o saber tradicional de coletividade. A força representa a capacidade de gerar autonomia, resistência e bem-estar por meio do empreendedorismo social.

Por fim, a comunidade demonstra uma notável capacidade de adaptação cultural, conseguindo interagir com o mercado sem permitir que a lógica capitalista de acumulação descaracterize seu modo de vida. O empreendedor social quilombola é, antes de tudo, um agente que opera na fronteira entre a tradição e a modernidade, garantindo que o novo se integre sem destruir a identidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou a conexão entre os saberes tradicionais e as práticas de empreendedorismo social na comunidade quilombola Custaneira, os resultados demonstram que o conhecimento ancestral não só enriquece a vitalidade cultural do grupo, mas também serve como alicerce para iniciativas inovadoras voltadas ao bem-estar coletivo e à sustentabilidade, as ações empreendedoras na Custaneira, como a roça comunitária e o artesanato, vão além de um modelo de negócio formal, focando no trabalho coletivo, na partilha e na preservação de técnicas ancestrais, outras práticas, como mutirões e a troca de conhecimentos sobre ervas medicinais ou manejo da terra, evidenciam uma forte economia solidária baseada na reciprocidade e no apoio mútuo, essas iniciativas revelam um modelo de desenvolvimento intrinsecamente ligado à identidade da comunidade, priorizando a solução de problemas sociais e a geração de valor comunitário, e não primariamente o lucro.

A pesquisa destacou que os saberes tradicionais, transmitidos oralmente e pela experiência, atuam como um guia ético e prático, moldando desde o manejo da terra até a resolução de conflitos, a conexão holística com a natureza é central nessa cosmovisão, a articulação entre esses saberes e o empreendedorismo social é a espinha dorsal da resiliência e diferenciação das ações da Custaneira, evidenciando uma inteligência ecológica valiosa na gestão de recursos e desafios diários.

Apesar dos desafios de harmonizar a lógica comunitária com as exigências do mercado, a comunidade demonstra uma notável capacidade de adaptação cultural, integrando o novo sem perder sua identidade, em suma, o empreendedorismo social na Custaneira é uma estratégia de resistência,

reprodução cultural e promoção do bem-estar, profundamente enraizada em sua identidade e conhecimentos, este estudo contribui ao demonstrar como esses dois campos se retroalimentam em um contexto quilombola, sublinhando a importância de valorizar formas de desenvolvimento que emergem de dentro das próprias comunidades.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, J. Memória cultural e civilização antiga: escrita, lembrança e imaginação política. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- ASSMANN, J. Revolução religiosa e a invenção da tradição: as origens da religião israelita e judaica antiga. Stanford: Stanford University Press, 2012.
- ARAÚJO, A. C. da M.; OLIVEIRA, V. M. de; CORREIA, S. Érica N. Elementos da inovação social para a promoção do consumo sustentável: a validação de um framework com especialistas. *Desenvolvimento em Questão*, v. 20, n. 58, p. e11064, 2022.
- BAGGENSTOSS, S.; DONADONE, J. C. Empreendedorismo social: reflexões acerca do papel das organizações e do estado. *Gestão e sociedade*, v. 7, n. 16, p. 112-131, 2013.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 27 dezembro 2025.
- CARVALHO, F. A. et al. Produção artesanal em comunidades quilombolas no Brasil. *Revista Ouricuri*, v. 14, n. 2, p.03 -17, 2024.
- DEES, J. G. The Meaning of “Social Entrepreneurship”. Paper prepared for the Social Entrepreneurship Funders Working Group, 1998. Disponível em: <https://entrepreneurship.duke.edu/news-item/the-meaning-of-social-entrepreneurship/>. Acesso em: 1 nov 2025.
- DEES, J.; ANDERSON, B. Framing a Theory of Social Entrepreneurship: Buildung on two Schools of Practice and Thought. *Research on social entrepreneurship*, v. 1, n. 3, p. 39–66, 2006.
- DIEGUES, A. C. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, 2000.
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
- JOHNSON, R. et al. The Practice of Cultural Studies. Sage Publications Ltda, 2004.
- LUBBERINK, R.; BLOK, V.; VAN OPHEM, J.; VAN DER VELDE, G.; OMTA, O. Innovation for Society: Towards a Typology of Developing Innovations by Social Entrepreneurs. *Journal of Social Entrepreneurship*, London, v. 9, n. 1, p. 52-78, 2017.
- LUDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. Pesquisas em educação: uma abordagem qualitativa. São Paulo: E.P.U.E. 2013.
- MAIR, J.; MARTÍ, I. Social entrepreneurship research: a conceptual history. *Journal of Business Venturing*, New York, v. 21, n. 6, p. 764-770, 2006.

MACÊDO, E. M. et. al. Elementos sociais, econômicos e culturais constitutivos de uma comunidade quilombola no nordeste do Brasil. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 11, p. 1-28, 2020.

PAIVA JUNIOR, F. G.; FERNANDES, N. C. M. A relacionalidade emergente do comportamento empreendedor gerando qualidade na interação com stakeholders no setor de Tecnologia de Informação e Comunicação. *Revista de Negócios*, v. 18, n. 4, p. 75-95, 2013.

PEREDO, A. M.; MCLEAN, M. Social entrepreneurship: A call for wider theorization. *Journal of Social Entrepreneurship*, Philadelphia, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.